

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL GABINETE DO DEPUTADO ALEXANDRE AYRES

DA 2º COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO № 652/2023

ASSUNTO: PROJETO DE LEI № 242/2023

RELATOR: DEPUTADO ALEXANDRE AYRES

PARECER № 45/2023

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do(a) Deputado(a) Cabo Bebeto que tramita nesta Casa sob o número 652/2023 onde tem como ementa: ALTERA A LEI ESTADUAL 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Atendendo ao artigo 125, II do Regimento Interno desta casa, o presente Projeto de lei foi submetido à análise da 2º COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO para elaboração de Parecer, cabendo a esta comissão apenas analisar a proposição quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico regimental e de Técnica legislativa, ficando a análise de mérito para a Comissão temática ou para o Plenário.

Vejamos o que preceitua o artigo 80, I, bem como o 86, ambos da Constituição do Estado de Alagoas:

> Art. 86. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral do Estado e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32/2007.)

> Art. 80. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente:

I – tributos, arrecadação e distribuição de renda;

Palácio Tavares Bastos Praça D. Pedro II, s/n, Centro, Cep 57.020-900, Maceió - AL





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL GABINETE DO DEPUTADO ALEXANDRE AYRES

Desta feita, nota-se que o projeto de lei ora analisado não possui vício constitucional de iniciativa estando em concordância plena ao que estabelecem os artigos transcritos acima, visto que traz apenas a inclusão do inciso XVIII ao artigo 6º da lei nº 6.555/2004 de iniciativa desta Casa Legislativa, sancionada pelo Governador e devidamente publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 31 de dezembro de 2004.

Pelo exposto, entende-se pela admissibilidade do presente Projeto de Lei, visto que respeita a boa técnica legislativa e constitucionalidade.

Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, em 28 de março de 2023.

Presidente: bele fairo
Relator:
Membro:
Membro:
Membro